



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

18034 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

INFÂNCIAS E DESIGUALDADES SOCIAIS: ESTUDOS DO “OUTRO LADO DA MARGEM”

Emilia Peixoto Vieira - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**INFÂNCIAS E DESIGUALDADES SOCIAIS: ESTUDOS DO “OUTRO LADO DA MARGEM”**

**Resumo**

Mapear as condições de vida das crianças e suas famílias em pelo menos três das cinco macrorregiões brasileiras para enfrentar desigualdades sociais, investigando diferenças entre os diversos grupos para propor uma agenda de políticas públicas intersetoriais em pandemia. \_

**Palavras-chave:** Infâncias; Crianças; Covid-19; Desigualdades

**1. Introdução**

O trabalho em pauta apresenta uma pesquisa em andamento, realizada em rede envolvendo oito programas de pós-graduação de sete universidades brasileiras, e que conta com apoio financeiro CAPES.

O objetivo geral é conhecer, mapear e propor ações estratégicas que melhorem as condições de vida das crianças e suas famílias em pelo menos três das cinco macrorregiões brasileiras no contexto das desigualdades sociais, pela investigação das diferenças entre os diversos grupos pesquisados a fim de elaborar uma agenda de políticas públicas intersetoriais em pandemia. Seus objetivos

específicos são: a) apontar as condições das crianças/infâncias na pré-pandemia com base em dados de documentos como a PNAD 2016 a 2020, PNAD-COVID19, a Escala Brasileira de Medida Direta da Segurança/Insegurança Alimentar e o Censo Escolar, por exemplo; b) aprofundar a análise dos marcadores sociais levantados nos estudos geoterritoriais das crianças/infâncias/famílias em estudos específicos; c) conhecer e avaliar as políticas intersetoriais empreendidas para o atendimento integral de proteção à criança no período da pandemia; d) elaborar agenda de políticas públicas intersetoriais para crianças/infâncias/famílias a partir de relatórios e documentos analíticos; e) levantar as especificidades das crianças/infâncias/famílias investigando os marcadores sociais da diferença de cada macrorregião e suas implicações.

A proposta reconhece o agravamento das condições materiais de vida de vários grupos sociais, considerando os marcadores sociais da diferença, a diversidade e as desigualdades que marcam as infâncias e envolvem condições econômicas, sociais, educativas e culturais. Neste cenário, questiona-se como essas diferenças sociais impactam na vida das crianças, desde bebês, e de seus familiares tendo como base a pandemia covid-19. O problema está centrado em levantar elementos que possam sustentar políticas para a formação em educação, políticas públicas para a infância e a dimensão da existência das crianças em suas territorialidades, a partir dos dados que mostrem como essas, em suas diferenças, foram afetadas pela pandemia nos seus contextos de origem.

Trata-se de um estudo, nesse sentido, que agrega pesquisas desenvolvidas em todas as macrorregiões do Brasil, com abordagem quanti-qualitativa. Considera dados estatísticos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Anísio Teixeira (Inep), especialmente o Censo Escolar, entre outras bases de dados, e pesquisa em campo com variados procedimentos e instrumentos metodológicos, que buscam conhecer os contextos de diferentes grupos sociais, como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, do campo, das florestas, das águas, de centros e periferias urbanas.

O estudo propõe-se a avançar na delimitação de indicadores sociais e educacionais que partam da análise das realidades de experiências infantis em diferentes territórios, considerando inclusive, o contexto a pandemia covid-19. Marcadores sociais como os geracionais e de idade, de classe, étnico-raciais, de gênero, de localização geográfica (considerando regiões e se urbana ou rural) são eixos da análise, que parte da perspectiva interseccional, compreendo que estes marcadores se interseccionam e constituem processos de subordinação das pessoas e grupos sociais.

Além das universidades, a investigação prevê a articulação com

movimentos sociais organizados, lideranças comunitárias, secretarias de governo, dentre outros organismos, admitindo em sua concretização pluralismo tipológico de fontes e metodologia qualitativa com estudos quali/quantitativos (análise de dados macros e estudo de caso, por exemplo). Fator de destaque para o estudo em pauta, são marcadores sociais da diferença, que observados, registrados e considerados, permitem compreender os efeitos da pandemia para visibilizar e garantir, por meio da proposição de uma agenda para políticas públicas, o atendimento à várias dimensões da dignidade humana, especialmente àquelas relacionadas aos direitos de proteção e provisão tais como o direito à Educação, formação, segurança alimentar e saúde.

Na sequência, alguns pressupostos teóricos da pesquisa articulados à discussão de resultados parciais são apresentados, e ao fim, algumas considerações sobre a continuidade do estudo.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Dados recentes da Epicovid-19 afirmam que condições de vida das crianças e suas famílias, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade, a pandemia teve impactos diretos e indiretos na vida das crianças e, em consequência, sobre o conjunto de direitos do qual as crianças são sujeitos, seja pelo número de mortes ou pela perda de familiares próximos, seja pela forma como suas estruturas familiares foram afetadas pela diminuição da renda, insegurança alimentar, desemprego etc., sendo que essas desigualdades são mais fortemente sentidas entre as crianças pobres, negras, e das periferias urbanas, o que por si só já as torna público com alto risco de vulnerabilidade (Janczura, 2012).

Com base na emergência trazida pela Pandemia e seus efeitos sobre a Educação Infantil, a pesquisa de Coutinho e Cardoso (2021) analisou a experiência de mulheres negras que tinham seus bebês matriculados em uma creche pública em Florianópolis, e concluíram que os fatores de desigualdade, que já estavam presentes antes da pandemia, intensificaram a precarização de suas vidas, aumentando a ocupação do tempo dos cuidados dos bebês e familiares, reduzindo os recursos para sua manutenção, dando visibilidade ao que Carneiro (2011) chama de matriarcado da miséria. Nessa condição, a dimensão do cuidado e da divisão sexual do trabalho, realçou o trabalho das mulheres no cuidado do lar, das crianças e acompanhamento das atividades escolares, revelando intersecções que produzem ainda mais desigualdades entre as diversidades familiares.

Os resultados da pesquisa Epicovid-19 indicam ainda, a necessidade de se propor [...] políticas públicas de combate à pobreza, de estimulação intelectual, de

assistência médica [...], de escolaridade, e assim por diante (Victora, 2020).

A pesquisa realizada por Ramos; Vieira; Leal e Moraes (2023), demonstra como foi importante o papel da sociedade civil organizada, como da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd e do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - MIEIB na defesa das crianças e infâncias no período da pandemia da Covid-19, demonstrando o grau de organicidade desses grupos para o encaminhamento de propostas a um projeto e política de Educação Infantil segura e de preservação da vida em período pandêmico. De acordo com as autoras, os resultados do estudo mostram um esforço da sociedade civil organizada em apresentar propostas para a Educação Infantil durante e após o período pandêmico.

Nesse contexto, acrescente o enfrentamento de uma pandemia concomitante à experiência de um governo que não garantiu, a não ser sob pressão do Congresso Nacional e de esferas da sociedade civil, condições mínimas de enfrentamento ao vírus, não só do ponto de vista dos cuidados com a saúde, mas também do ponto de vista da garantia de condições de sobrevivência aos/às trabalhadores/as do país.

Entendemos que os efeitos da pandemia aprofundaram as desigualdades sentidas de forma ainda mais intensas por grupos que se constituem como periféricos, a exemplo de trabalhadores/as informais; os/as sem tetos; os/as moradores/as das periferias urbanas, para ficar restrito ao recorte da presente pesquisa. Nossas opções teóricas abordam a educação, a saúde, a alimentação, a proteção e como um direito social e político de todos/as os/as cidadãos/cidadãs, em especial das crianças, desde bebês.

Nesse sentido, a desigualdade social se torna uma categoria teórico-analítica central deste estudo. Compartilhamos da compreensão de Gonzalo A. Saraví (2019), ao analisar a desigualdade na América Latina, que é importante partir de indicadores numéricos sobre as desigualdades, sobretudo os econômicos, contudo importa ainda uma análise da desigualdade enquanto experiência cotidiana, para o autor:

A nivel experiencial, la desigualdad social se ha tornado cada vez más multidimensional y colectiva. No me refero sólo a que exista más de una variable o eje de desigualdad, sino al hecho más importante que en la experiencia de la desigualdad estas diferentes dimensiones tienden a confuir y superponerse (en las mismas clases y espacios). (Saraví, 2019, p. 79)

Ao articular a perspectiva interseccional à análise da desigualdade

enquanto experiência, situada a partir dos territórios e grupos sociais, ampliamos a compreensão de Saraví para uma ideia de que as desigualdades se confluem e interseccionam constituindo eixos de subordinação (Crenshaw, Kimberlé W., 2002), superando assim uma perspectiva de sobreposição dos eixos de desigualdade.

A partir desta compreensão, entendemos que partir dos microdados estatísticos das bases de dados nacionais que tratam do Brasil, das macrorregiões, estados e municípios que compõem o estudo em rede se faz central, mas olhar as desigualdades de modo territorializado e a partir dos atores e grupos sociais, nos permite avançar na compreensão do que temos denominado de grupos vulneráveis, para uma perspectiva de grupos subalternizados (Spivak, Gayatri C., 2010), que carregam consigo consequências de uma desigualdade persistente e intergeracional.

Estudos iniciais evidenciam que a pandemia reafirma as desigualdades sociais e as aprofunda de forma distinta em cada território nas macrorregiões do país. O problema está centrado em levantar elementos que possam sustentar políticas para a formação em educação, políticas públicas para a infância e a dimensão da existência das crianças em suas territorialidades, a partir dos dados que mostrem como essas, em suas diferenças, foram afetadas pela pandemia nos seus contextos de origem.

Nossa proposta permitirá avançar na delimitação de indicadores sociais e educacionais que partam da análise das realidades de experiências infantis em diferentes territórios, considerando os marcadores sociais como os geracionais e de idade, de classe, étnico-raciais, de gênero, de localização geográfica (considerando regiões e se urbana ou rural), e contribuirá para a constituição de um aporte que agregue aspectos no âmbito da diversidade, das diferenças e das desigualdades sociais que marcam as infâncias. A pesquisa, de forma articulada prevê a construção de indicadores que permitam mapeamento da situação das crianças e suas famílias e a proposição de uma agenda intersetorial de trabalho, principalmente no campo das Políticas Públicas e da Educação.

Desse modo, contamos com bases de dados que nos permitem acessar informações fundamentais para traçar perfis gerais da população, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mas não somente essa base, porque precisamos avançar para conhecer as particularidades dos territórios que pouco abordam variáveis relativas à infância. Como aponta Qvortrup (2010), nos estudos sobre direitos e cidadania há uma espécie de limbo no que diz respeito às crianças. Essa constatação nos orienta a pensar na importância de um estudo estrutural, perspectiva importante, mas pouco presente no campo científico dos Estudos da Infância, e que explore dados diretamente relacionados às crianças ou que afetam as suas condições de vida, já que há “[...] políticas que pretendem ter impacto nas

crianças ou na infância e políticas que não têm esse objetivo, mas que podem ter grandes consequências para elas” (QVORTRUP, 2010, p. 783), aspecto que foi observado durante a pandemia da COVID-19, como o acesso à renda emergencial pelas famílias com crianças.

Nossas opções teóricas abordam a educação como um direito social e político de todos/as os/as cidadãos/ãs, em especial das crianças, desde bebês. Além do recorte escolar, definido como categoria fixa e estável, buscamos aporte nas epistemologias dos Estudos da Infância para subsidiar nossa problemática de pesquisa, que situam os conceitos criança e infância como controversos e de difícil compreensão (COHN, 2005); ou a infância como categoria híbrida, “com presença de fatores humanos e não humanos, discursivos e coletivos, que participam da sua definição (PROUT cf. BARBOSA, M. C. S. et al, 2016, p. 105)

### 3 Considerações finais

Como a pesquisa está em andamento apresentamos considerações parciais, nossa insistência na defesa das crianças e seus direitos e esperamos alcançar como resultados: a proposição de indicadores para monitoramento dos impactos e enfrentamento dos efeitos da pandemia nos grupos de crianças/infâncias/famílias bem como a elaboração de agenda político-educativa intersetorial voltada às crianças/infâncias/famílias no enfrentamento das desigualdades causadas pela pandemia. O desafio do trabalho coletivo está presente, na defesa das infâncias e suas especificidades.

Nessa perspectiva, é preciso pontuar o papel do Estado e das políticas públicas, da ciência e da educação nesse período, demarcando a importância de se pensar nas crianças e suas famílias, realizando interlocuções com outras áreas para se pensar sobre políticas intersetoriais para as infâncias.

### Referências

ARAÚJO, Ana Lúcia Soares da Conceição. Educação das infâncias e crianças no Brasil: paradoxos e possibilidades em tempos de pandemia. **Filos.e Educ.**, Campinas, SP, v.12, n.3, p.1565-1577, set./dez.2020. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8661850/25880>

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos

da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feminista**. v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

COUTINHO, A. S.; CARDOSO, C. A educação e o cuidado dos bebês na pandemia: uma análise a partir das relações geracionais, raciais e de gênero. **Zero-a-seis**, v. 23, p. 175-194, 2021.

RAMOS, A. G. S.; VIEIRA, E. P.; LEAL, F. de L. A.; MORAES, L. B. de. **O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: a relevância da ANPEd e do MIEIB na defesa das crianças e infâncias**, 2023. (texto no prelo).

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social?. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019.

SARAVÍ, Gonzalo A. La desigualdad social en américa latina. Explicaciones estructurales y experiencias cotidianas. **Encartes 4**, septiembre 2019-marzo 2020, pp. 70-87. Disponível em: <http://www.encartesanropologicos.mx> Acesso em: 14/03/2022

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.